



# **Ordem dos Advogados de Moçambique**

**PLANO & ORÇAMENTO**

**2019**

## ÓRGÃOS SOCIAIS

BASTONÁRIO	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO NACIONAL	CONSELHO JURISDENCIONAL	CONSELHOS_PROVINCIAIS	DELEGADOS
<b>Flávio Menete</b>	Presidente – Maria Fernanda Lopes	Presidente – Flávio Menete	Presidente – Auxílio Nhabanga	Presidente do Conselho Provincial de Nampula – Hermínio Torres	Cabo Delgado – Jerónimo Mussirica Niassa: Billy Juluane
	Vogal – Maria Cristina Hunguana	Vice-Presidente – Orquídea Massarongo-Jona	Vice-Presidente – Germano Mutane	Presidente do Conselho Provincial de Sofala – Vicente Manjate	Tete – Hermínio Nhantumbo
	Vogal – José Baptista Norberto dos Santos	Tesoureira – Carolina Balate	Vice-Presidente – Horácio Chimene		Zambézia – Anastácio Nhomela
	Secretária: Olga Madeira	Filipe Sitoi	Vicente-Presidente: Liliana Maria Marques da Costa		Manica – André Júnior
		Ismael Jamal Francisco Eliseu Sousa	Arlindo Guilamba		Inhambane – Grácio Abdulá
		Hélder Matlaba	Justino Felisberto Justino		Gaza – Lúcio Neto
		Paula Rocha	Laurindo Francisco Saraiva		
	Alberto Pawandiwa	Paulo Jorge W. Ferreira Pedro Miguel Abreu Carlos Alberto Santana			

## **DIRECÇÃO EXECUTIVA**

**Directora Executiva** – Karina Guita M. Arouca

**Gestor Financeiro** – Laurindo Dinis

**Oficial de Planificação e Formação** – Elisio Massarongo

**Gestora dos Serviços Administrativos** – Delfina Dambo

**Assistente Financeira** – Eneida Timba

**Assistente Administrativa** – Assia Jamal

**Estafeta e Motorista** – Calisto Vidigal

## **INFORMÁTICA**

**WEBCAD**

## COMISSÕES E DEPARTAMENTOS

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO E EXAME	COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS	INSTITUTO DE ACESSO À JUSTIÇA	ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL	COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS
<b>Presidente – Isabel Garcia</b>	Presidente – Ricardo Moresse	Patronos: Álvaro Pinto Basto José Roque Gonçalves Maria Isabel Garcia Salvador Nkamate Paulo Pimenta	Coordenadora – Mariana Figueiredo Assistente – Inora Cossa	Presidente – Ilídio Macia Relator – Alcídio Siteo Arlinda Nhaquila Célia Francisco Alcides Taula
<b>Bela Lithuri</b>	Vice-Presidente – Moises Machacieie	Coordenadora – Catarina Camal Chefe de Administração: Anita Sumburane Oficial de Administração: Carla Matlombe		Lukman Amade
<b>Alfiado Pascoal</b>	Coordenadora – Augusta Eduardo Assistente: Estefânia Rangel			
<b>Álvaro Pinto Basto</b>	Stela Joana dos Santos Bruno André Zita			
<b>Zaheer Lorgat</b>	Xavier Sicanso			
<b>Rodrigo Rocha</b>	Ivete Mafundza Espada			
<b>Lucas Lucaze</b>	Vernisto Adelino			
<b>Baltazar Egídio</b>	Maria da Gloria Mussueio			
<b>Conceição Sing</b>	Dário de Sousa			
<b>Miguel Mussequejua</b>	Maria Orlanda Lampião Gil Cambul			



**ACTA - ASSEMBLEIA GERAL**

## MISSÃO

---

A **OAM** tem como **missão**:

- ✚ Contribuir de forma mais eficiente e eficaz para a consolidação do Estado de Direito Democrático;
- ✚ Ser mais actuante em tornar a Justiça mais acessível ao cidadão;
- ✚ Defender a Constituição, os direitos fundamentais dos cidadãos e a dignidade e prestígio da profissão de Advogado através do respeito, promoção e defesa dos seus princípios deontológicos.

## VISÃO

---

A **OAM** tem como **visão**:

- ✚ Ser reconhecida como um parceiro estratégico do Estado, indispensável na defesa da ordem jurídica nacional, na defesa das instituições democráticas, na defesa dos direitos dos cidadãos e na promoção dos princípios de justiça social.

## VALORES

---

A **OAM** tem como **valores**:

- ✚ Compromisso social;
- ✚ Aprimoramento permanente;
- ✚ Foco no processo e resultados:
  - ❖ Eficiência
  - ❖ Eficácia
  - ❖ Efectividade
- ✚ Ética profissional:
  - ❖ Imparcialidade
  - ❖ Impessoalidade
  - ❖ Independência
  - ❖ Transparência

## OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

---

São 3 os pilares em que assentam os objectivos e estratégias da **OAM** [para alcançá-los]:

### **Contribuir para a consolidação do Estado de Direito em Moçambique:**

- ❖ Defender a legalidade: Intervir publicamente emitindo pareceres, para advogar a favor do cumprimento da legalidade em todos os actos públicos - políticos, económicos ou sociais;
- ❖ Defender os direitos humanos: Intervir publicamente emitindo pareceres, para advogar a favor dos direitos humanos (políticos, civis, económicos, sociais e culturais);
- ❖ Advogar e promover a justiça social: Acompanhar os desenvolvimentos políticos, económicos e sociais e, pontualmente, intervir, quer para prevenir ou para corrigir potenciais problemas, de carácter social, daí resultantes, junto das instituições de direito responsáveis, através de pareceres públicos.

### **Reforçar a capacidade institucional da Ordem dos Advogados de Moçambique:**

- ❖ Garantir a sua sustentabilidade financeira: A Ordem deve, sistematicamente, operar com um orçamento equilibrado entre entrada e saída de dinheiro. Uma vez que as receitas operacionais são exíguas, a Ordem deve identificar e estabelecer relações duradouras com parceiros de financiamento (Estado e Doadores);
- ❖ Garantir a satisfação dos parceiros de cooperação e Advogados: A Ordem deve avaliar constantemente a satisfação de seus parceiros e Advogados e proceder, com base nessas avaliações, à medidas correctivas;
- ❖ Tornar fácil o relacionamento da Ordem com os parceiros de cooperação e Advogados: A Ordem deve tornar fluidas as relações com os Advogados e Parceiros, de forma a eliminar barreiras e desperdícios de tempo e energia por parte destes na sua interacção com a Ordem;
- ❖ Garantir a excelência operacional da Ordem: A Ordem deve ser efectiva, eficiente e eficaz em todas as actividades de produção;
- ❖ Desenvolver: A Ordem deve desenvolver e reter quadros com as melhores competências técnicas e humanas, desenvolver e manter uma adequada base tecnológica, adquirir e sustentar activos produtivos adequados e melhorar continuamente o seu ambiente organizacional com vista a aumentar a eficiência, eficácia e efectividade das suas operações.

### **Apoiar e capacitar profissionalmente o Advogado:**

- ❖ Formar advogados para lidar com novas exigências profissionais e sociais: Implementar programa de formação contínua sobre os desafios correntes e sobre a sustentabilidade profissional do Advogado;
- ❖ Desenvolver um processo de Estágio que permita formar, com altos padrões éticos e deontológicos, profissionais capazes de oferecer as melhores soluções ao cidadão.



## INTRODUÇÃO

O presente plano de actividades e orçamento reflecte, em primeira linha, o Plano Estratégico 2015-2019 aprovado em Assembleia Geral de 22 de Setembro de 2015. O mesmo foi concebido tendo em conta a realidade sócio - económica do país, bem como as projecções financeiras da Ordem.

O ano de 2019 será um ano atípico para a Ordem dos Advogados de Moçambique, uma vez que será um ano duplamente eleitoral (eleição de novos órgãos sociais e eleições gerais). Se por um lado as eleições gerais são um palco para o surgimento de prova da resiliência do nosso estado de direito e democrático (surgimento de conflitos eleitorais), as eleições internas da Ordem constituem, igualmente, um desafio à própria Ordem, típico de mudança dos órgãos sociais pelo que haverá sempre um espaço para integração, não só da dinâmica dos novos, mas também dos respectivos manifestos eleitorais. Ainda sobre as eleições gerais de 2019, importa referir que, as eleições autárquicas de 2018 servirão de lição e para as de 2019, a OAM não só estará atenta na observação eleitoral propriamente dita, mas sim sobre todo o processo eleitoral que vai desde o próprio recenseamento até à validação das eleições pelo Conselho Constitucional.

O acesso à justiça, principalmente por cidadãos/ãs economicamente carenciados/as, continua sendo um grande desafio na administração da justiça em Moçambique e para responder a esta situação, desde 2017, com a implantação dos Pontos Focais em Sofala, Nampula e Gaza, a Ordem tem vindo a realizar assistência jurídica gratuita de forma contínua e, em 2019 espera-se por uma conclusão na expansão destes serviços para pontos focais em Inhambane e Niassa.

Um dos grandes problemas que a Ordem enfrenta é a ausência de instrumento de medição do impacto oriundo das várias intervenções por si realizadas. Estando o actual Plano Estratégico na sua fase final (2015-2019), há necessidade de se avançar com a concepção do novo PE (2020-2024) e na mesma senda a elaboração de um *estudo de base* para a medição dos resultados.

A questão da descentralização dos serviços da Ordem merecerá, igualmente, atenção especial. Depois de constituídos os Conselhos Provinciais de Sofala e Nampula, em 2019 serão constituídos os Conselhos Provinciais de Tete, Manica e Maputo-Cidade.

Por forma a responder, de forma célere, às várias questões apresentadas por cidadãos/ãs e Advogados/as que até então têm de se dirigir à Ordem para apresentar as suas inquietações, operacionalizar os mecanismos de funcionamento da Linha Verde (caixa de reclamação) que irá permitir uma maior e melhor interacção entre os Membros e a Ordem. Para além disso, a linha verde irá permitir uma rápida exposição dos problemas por parte dos/as cidadãos/ãs. A linha verde irá beneficiar tanto aos membros internos (Advogados/as e Advogados/as Estagiários/as), como aos/às cidadãos/dãs no geral, pois poderão participar casos diversos contra si praticados, quer por colegas como por outros actores da administração da justiça. O/a cidadão/ã também terá, na linha-verde, um canal para apresentação das suas inquietações quer praticados por Advogados/as ou por quaisquer entidades. Este canal poderá, ainda, minimizar os custos que os denunciante tinham na participação das suas preocupações. Será igualmente constituída uma equipa encarregue de gerir as várias denúncias canalizadas por este meio. Serão igualmente concebidos e divulgados os spots “sabias que”, uma forma de consciencialização cívica dos cidadãos e divulgação dos serviços prestados pela Ordem (IAJ & CDH).

A litigância de interesse público e sobretudo visando a defesa das comunidades afectadas pelos grandes investimentos continuará a merecer especial atenção. O ano de 2018 trouxe resultados palpáveis nesse sentido (condenação da JINDAL, VALE e Gabinete do ProSavana) e em 2019 a OAM compromete-se não só em dar seguimento a estes casos como também em monitorar as acções depositadas no Tribunal Administrativo e em caso de surgimento de novos casos, em avançar com novas acções.

A OAM irá, ainda, trabalhar em parceria / colaboração com outras organizações parceiras do AICE no processo de revogação de normas, decretos e leis contrárias à Lei do Direito à informação e na advocacia para aprovação da Lei de Participação Pública no Processo Legislativo.

No tocante a *fundraising*, a OAM já iniciou contactos com o Alto Comissariado das Nações Unidas, Advogados Sem Fronteira do Canadá e com a Fundação Rosa Luxemburgo pelo que continuará a insistir na celebração de parcerias com estas instituições bem como na busca de novas parcerias visando a diversificação das fontes de financiamento e sustentabilidade, principalmente do IAJ & CDH.

### BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO

O plano que ora se apresenta, vislumbra-se desafiante pois será implementado num cenário económico, político e social adverso, caracterizado por elevados níveis de inflação e deterioração da moeda, as negociações entre o Governo e a RENAMO, visando a paz efectiva, ainda não conheceram desfecho pelo que o ano de 2019 é aguardado com muita expectativa relativamente a este assunto. O ano de 2019 é igualmente um ano eleitoral (eleições gerais) pelo que poderão surgir situações que atentam contra o estado de direito democrático. Para além das eleições gerais, este mesmo ano é de eleição de novos órgãos sociais onde a OAM deverá criar condições para que todos os Advogados em situação regular possam participar, independentemente do seu domicílio profissional. Com a crise financeira, e os doadores internacionais também afectados por esta, e por consequência disso, redução cada vez mais de financiamento, prevê-se um ano de instabilidade económica que poderá resultar no agravamento de preços ou mesmo escassez de produtos, bens e serviços e disso resultará a reprogramação das actividades planificadas. Espera-se que o ano de 2019 seja atípico visto que o diálogo entre o Governo e a RENAMO regista actualmente um novo empasse devido aos últimos resultados eleitorais. A instabilidade que se vive na Província de Cabo-Delegado poderá ainda condicionar as actividades previstas para o ano de 2019.

### RISCOS/ACÇÕES DE MITIGAÇÃO

#### Riscos Internos

**Mudança de Órgãos Sociais** – É um facto, o ano de 2019 será eleitoral e novos órgãos tomarão posse. Para minimizar o impacto que poderá advir deste facto, a OAM deverá aprovar o Plano de Actividades para 2019 em sede da Assembleia Geral a ser realizada em Dezembro. O Plano deverá ser de implementação obrigatório, independentemente do Conselho Nacional que será empossado.

**Saída da actual equipa de gestão** – A actual equipa de gestão está bastante solidificada, o que de certo ponto contribui para o alcance dos resultados que a Organização se propõe a alcançar. Entretanto, uma eventual saída de um dos membros de gestão poderia resultar numa descontinuidade na dinâmica dos trabalhos. Como forma de minimizar estes riscos, a OAM

deverá criar pacotes de incentivos que possam atrair esses colaboradores. Será privilegiado ainda o envolvimento activo dos assistentes. A sistematização das funções e das actividades em cada departamento merecerão igualmente a devida atenção. De modo a evitar confiar departamentos a uma única pessoa, a OAM deverá contratar mais pessoas.

**Fraco pagamento de quotas** – Grande parte das actividades aqui propostas é financiada por fundos oriundos de pagamento de quotas, pelos Advogados. Neste sentido, a fraca colecta de quotas pode hipotecar a realização de certas actividades. Como forma de certificar-se que as projecções se concretizem, a OAM deverá avançar com políticas de incentivos (descontos para os pagamentos anuais), sanções e divulgação da lista dos incumpridores.

## Riscos Externos

**Instabilidade Política, Social e Económica** – Conforme anteriormente exposto, o país atravessa uma crise económica. O cenário para o ano de 2019 vislumbra-se pior, a julgar pela situação económica que o país está a viver e pela ruptura das negociações entre o Governo e a RENAMO. A desvalorização do metical como resultado da crise que assola o país, poderá igualmente resultar no fraco poder de compra de bens e serviços por parte da OAM e como resultado disso, o não alcance dos resultados propostos que pode significar redução no número de mulheres a beneficiarem-se dos serviços prestados pela Ordem. A instabilidade política típica de um ano eleitoral, o que fará com que a Ordem redobre os seus esforços visando a garantia do Estado de Direito Democrático.

**Corte de Financiamentos por parte dos doadores** – O orçamento da OAM é suportado pelas contribuições internas (quotas) e pelos fundos provenientes dos acordos celebrados com os diferentes parceiros. Neste momento, a OAM conta com fundos da OXFAM IBIS e da OSISA. Um eventual corte nos financiamentos resultaria no adiamento ou não realização das actividades propostas e como resultado disso o não alcance dos objectivos traçados. A OAM deverá envidar esforços para cumprir com as suas obrigações contratuais com os seus doadores, pois como consequência terá maiores chances de preservar os contratos. Deverá ainda procurar estabelecer novas parcerias (Alto Comissariado das Nações Unidas, Advogados Sem Fronteira do Canadá e com a Fundação Rosa Luxemburgo)

Principais riscos		Nível de impacto sobre a organização			Probabilidade de Ocorrência	Plano de mitigação
		Baixo	Médio	Alto		
INTERNOS	Mudanças nos Órgãos Sociais	x			31-50%	Bom ambiente de trabalho, incentivos
	Saída da Actual Equipa de Gestão		x		0-10%	Benefícios para os membros
	Fraca colecta das quotas		x		0-10%	Campanhas atractivas para o pagamento antecipado
EXTERNOS	Instabilidade Política, Social e Económica			x	31-50%	Concentração das actividades nas zonas com reduzido risco Emissão de Comunicados de Repúdio e Assistência Jurídica à cidadãos/cidadãs

						vítimas da instabilidade política, social e económica
	Desvalorização do Metical			X	51-70%	Celebração de Memorandos, por exemplo com Universidades e Hotéis para a realização de actividades da Ordem a título gratuito ou com custos reduzidos, Parceria com outras organizações (partilha do <i>know-how</i> , custos, actividades)
	Fim da parceria com os Doadores	X			11-30%	Cumprimento integral dos termos contratuais  Desenho de um plano de saída que garanta sustentabilidade

Legenda em relação ao nível de impacto	
Baixo	O risco é baixo quando a organização pode alcançar os seus resultados mesmo não prestando atenção e considerando o factor. Isto é, o factor não é muito determinante para o sucesso do Plano de Actividades
Médio	Se não se levar em conta, o factor pode transformar-se em alto risco e afectar o curso normal da actividade
Alto	Trata-se de um factor determinante que afecta de forma directa o sucesso da actividade da organização, devendo ser eliminado para que não se bloqueie o curso do Plano de Actividades.
Legenda em relação à probabilidade de ocorrência	
Muito baixo (a)	Quase certo que não ocorrerá (1-10%)
Baixo (a)	Provável que não ocorra (11-30%)
Médio (a)	Deverá ocorrer (31-50%)
Alto (a)	Provável que ocorra (51-70%)
Muito alto (a)	Quase certo que ocorra (71-90%)

## GRUPO-ALVO

A OAM conta com dois grupos-alvo distintos: público interno (Advogados/as e Advogados/as Estagiários/as) e o público externo (cidadãos/ãs):

### ➤ Público interno

A Ordem dos Advogados de Moçambique está preocupada com o número reduzido dos seus membros. Até Dezembro de 2017, a OAM contava registar um pouco mais de 1800 Advogados (1224 homens e 578 mulheres) em todo o país. Destes, um pouco mais de 400 Advogados encontram-se inactivos e o grosso domiciliado em Maputo. Sendo assim, através de palestras de sensibilização e uma melhor formação, a OAM espera reverter este cenário aumentando o número de membros no geral e em especial nas Províncias.

### ➤ Público externo

Um dos grandes desafios que se coloca no país, é a falta da justiça, principalmente ao/à cidadão/ã economicamente desfavorecido/a. Por exemplo, vezes sem conta, o cidadão/ã vê o seu direito ser violado, porque não pode pagar um/a Advogado/a. A Comissão dos Direitos Humanos e o IAJ terão, ao longo de 2019 principalmente com o trabalho a ser levado a cabo pelos/as Comissários/as e Pontos Focais, maioritariamente fora de Maputo, e em especial nos distritos, de levar a cabo actividades visando a garantia da justiça aos/às cidadãos/ãs. Será dada a primazia a mulheres e jovens nos atendimentos fornecidos pelo IAJ e CDH.

## MONITORIA INTERNA, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

Embora a OAM não tenha ainda um instrumento formal para a monitoria e avaliação do seu trabalho, o acompanhamento do Plano das Actividades irá prosseguir. Para tal, assim que o plano for aprovado em sede da Assembleia Geral, o mesmo será enviado para todos os Advogados/as, Delegados/as e Presidentes dos Conselhos Provinciais. Será igualmente disponibilizado no *website* para o controlo e acompanhamento permanente. Por forma a envolver todos/as os/as intervenientes directos na busca dos resultados esperados, toda a equipa encarregue de implementar o plano deverá ter mínimas noções, por exemplo, de gestão e monitoria baseada em resultados. Não sendo possível o acompanhamento integral das actividades realizadas pelos Pontos Focais do IAJ, pelos Comissários da CDH e pelos/as Assistentes dos Conselhos Provinciais, a metodologia de trabalho destes deverá estar entrosada com as respectivas coordenadoras. Há necessidade de dotar os Pontos Focais de uma ferramenta informática que permita a inserção e recolha dos dados em tempo real e que ao mesmo tempo a Coordenadora, estando em Maputo, possa fazer o devido acompanhamento.

## DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

A OAM acredita que apenas com uma gestão devidamente preparada poderá realizar, com sucesso, as actividades a que se propõe. Deste modo, irá, ao longo de 2019, privilegiar acções que visam a formação não só do executivo mas também dos órgãos sociais de modo a que estes últimos estejam em permanente consonância com o rumo das actividades da OAM. Para o efeito e também como uma estratégia de saída face ao eminente término contractual com o principal doador (OXFAM-IBIS), a OAM irá capacitar o pessoal de gestão em matérias de elaboração de projectos e *fundraising*. Tendo sido já aprovada a Política do género (Outubro último), a Ordem irá entre outros aspectos, abordar a manutenção e o fortalecimento da cultura organizacional que encoraja e apoia a integração da justiça de género nas actividades e forma de estar da Ordem dos/as Advogados/as de Moçambique no seu todo. Para os membros (Advogados/as e Advogados/as Estagiários/as) foram identificados os seguintes cursos: Oil & Gas, Ilicitos Eleitorais, Observação Eleitoral, Gestão de Escritórios, Ligância em DH's

## ASSUNTOS TRANSVERSAIS

A Ordem dos Advogados de Moçambique entende que muito deve ser feito para que haja promoção e incorporação de género a todas as actividades. Tendo como objectivo a promoção e a integração da justiça para os segmentos populacionais mais desfavorecidos em particular as mulheres, raparigas e os jovens, a OAM irá privilegiar, nas suas acções (caravanas jurídicas, atendimento jurídico, promoção dos direitos humanos, palestras de cidadania, contratações, etc) estas camadas especiais. A nível interno e como uma forma de impulsionar a participação

activa da mulher advogada, a OAM irá privilegiar, na constituição das diferentes comissões, a presença de mulheres advogadas. Será dada ainda a primazia à mulher advogada aos cargos de liderança e a constituição activa nos painéis dos diferentes fóruns. A mulher advogada merecerá ainda prioridade sempre que a OAM for chamada para se posicionar em espaços públicos, televisivos e radiofónicos.

PLANO DE ACTIVIDADES – 2019									
Componente 1: Acesso à Justiça e ao Direito / Contribuir para a Consolidação do Estado de Direito em Moçambique									
Impacto	Outcome	Output	Indicadores	Baseline (em Dezembro de 2018)	Meta (até Dezembro de 2019)	Actividades para 2019	Fontes de Verificação	Riscos e Pressupostos	Notas
Garantido o acesso à justiça no país	Aumentado o número de cidadãos/ãs carenciados/as que têm acesso à justiça no país	Cidadãos/ãs economicamente desfavorecidos/as atendidos/as e assistidos/as gratuitamente em matérias jurídicas	Entre 4500 -a- 5000 cidadãos/ãs assistidos/as em todo o país	Atendidos entre 100 a 120 cidadãos economicamente desfavorecidos	Espera-se que até Dezembro de 2019, o IAJ atenda e assista entre 120 a 150 – pessoas por dia	Caravanas da Justiça	Fichas de atendimento; fotografias, Relatórios	Frac afluência nos locais de atendimento; fraca divulgação dos serviços do IAJ	Em todas as Províncias do País (em Inhambane e Niassa os pontos focais serão constituídos em 2019)
						Implantação de Pontos Focais			
						Palestras sobre o Acesso à Justiça			
						Spots – “sabias que”			
						Semana do Advogado			

				Monitorados e defendidos os DH's	Monitorar e defender os DH's	<b>Intervenções de Emergência</b>	Comunicados, Anúncios dos jornais	
	Serviços de atendimento e assistência jurídicas descentralizadas			Em Dezembro de 2016, o IAJ apenas estava representado em Maputo	Até Dezembro de 2018, o IAJ espera estar representado em todas as Províncias	<b>Visita de Monitoria aos Estabelecimentos Penitenciários</b>	Relatórios, Fotografias	Resistência dos Estabelecimentos Penitenciários e Esquadras
DH's defendidos e protegidos	Casos de violação dos DH's identificados e divulgados	Lançamento do 3 e 4 Relatório sobre os DH's em Moçambique (2017 & 2018)	2 Relatórios produzidos e lançados	4 Relatórios lançados	<b>Lançamento do Relatório dos DH's - 2017</b>	Relatórios, Lista de Presenças, e Fotos e	Falta Cabimento orçamental, fraca afluência nos seminários e aos simpósios	
			Identificados situações de violação dos DH's	Nenhum relatório produzido	Pelo menos 1 Relatório produzido e divulgado			<b>Produção do Relatório sobre os direitos das comunidades afectadas pelos grandes investimentos</b>
					Pelo menos 2 Seminários Realizados			<b>II Seminário Nacional sobre os direitos das Comunidades afectadas pelos Grandes Investimentos</b>

			Participações de vária ordem no processo de observação eleitoral (antes, durante e após as eleições), nr. de comunicados/intervenções relativas e nr. de províncias ou assembleias monitoradas	Observação eleitoral	Participar activamente no processo eleitoral – eleições gerais de 2019	<b>Participação no Processo Eleitoral</b>			A OAM deverá estabelecer parcerias com outras organizações
	Sistema de justiça mais célere	Relações entre vários actores da justiça (Advogados, Juízes, Procuradores e Polícia) melhoradas	Relações entre vários actores da justiça (Advogados, Juízes, Procuradores e Polícia)	I Relatório realizado em Manica	Realizado pelo menos II Simpósio Provincial da Justiça em Manica e o I primeiro em Gaza	<b>III Simpósio Provincial sobre o Acesso à Justiça</b>	Fichas de atendimento; fotografias, Relatórios		
							Assinatura de Memorandos e Actividades Conjuntas com outras OSC's	Memorandos assinados	Desinteresse das outras OSC's
<b>Componente 2: Reforçar a Capacidade Institucional da Ordem dos Advogados de Moçambique</b>									
Reforçada a capacidade institucional da OAM	OAM com instrumentos funcionais	Actividades da OAM respondem aos pilares estabelecidos no novo PE	Novo PE usado na planificação das actividades da OAM	Plano estratégico 2015-2019	Draft do novo PE elaborado	<b>Elaboração do Novo Plano Estratégico (2020-2024) (Balanço do actual) &amp; Elaboração de um Base-line</b>	Novo PE		
		OAM planificando e reportando na óptica dos resultados	OAM usa o seu Sistema para monitorar as suas actividades	OAM sem um sistema de M&A	OAM com um Sistema de Monitoria funcional	<b>Criação de um Sistema de M&amp;A</b>	Sistema de monitoria	Falta da formação para a sua elaboração	



		Pontos Focais funcionando com meios próprios	Funcionamento pleno dos pontos focais	Constituídos apenas os Conselhos Provinciais de Sofala e Nampula	Pelo menos 4 Conselhos Provinciais constituídos	<b>Conselhos Provinciais (Tete &amp; Manica)</b>	Contractos de aluguer das instalações para o funcionamento das instalações, termo de tomada de posse dos Presidentes	Cabimento orçamental	
		Implementadas as decisões tomadas em sede da Assembleia Geral e da III Conferência dos Advogados	Deliberações/decisões tomadas em sede da Assembleia Geral e da III Conferência dos Advogados	----	Pelo menos 3 Assembleias realizadas	<b>Assembleias Gerais (Eleitoral, Aprovação de Contas e Aprovação de Contas)</b> <b>III Conferência Nacional dos Advogados (Nampula)</b>	Lista de presenças, relatórios, fotos,	Falta de quórum, Cabimento orçamental	
		Membros cientes e respeitando as normas do código de ética	Código elaborado e suas normas	----	OAM com um código de ética & deontologia profissional	<b>Elaboração de um Código de Ética &amp; Deontologia Profissional</b>	Código elaborado	Cabimento orçamental	
		Membros e públicos no geral satisfeitos com o atendimento	OAM respondendo em tempo útil aos anseios dos seus membros	Celeridade no atendimento e maior visibilidade das actividades da OAM	Um Assistente de Estágio e Oficial de Marketing	<b>Contratação (Assistente de Estágio e Oficial de Comunicação e Marketing)</b>	Contractos assinados		
		OAM cada vez mais conhecida	Divulgados os serviços da OAM	----	Brochuras, Revista da OAM elaboradas e difundidas	<b>Elaboração de brochuras sobre OAM</b> <b>Produção e Lançamento da Revista da OAM</b>	Brochuras elaboradas Revista lançada		
		Comissários e Conselheiros produzem trabalhos de qualidade	Comissários e Conselheiros devidamente formados	Comissários e Conselheiros funcionando sem algum tipo de formação prévia	Comissários e Conselheiros formados em matérias das suas jurisdições	<b>Formação de Comissários e Conselheiros</b>	Bilhetes de viagens, boarding pass, relatório, fotos	Falta de convites, cabimento orçamental	
		Cidadãos consultam o website da OAM para assuntos diversos	Os conteúdos publicados no website	Contínuo	Website actualizado	<b>Actualização permanente do site da OAM</b>	MdE's assinados,	Abertura por parte das outras Ordens e osc's	
		Estreitadas as relações com as diferentes Ordem regionais e	Locais visitados		Reforçadas as relações internacionais	<b>Viagens Internacionais</b>			IBA, PALU, UALP, SADC-LA, Participação no Congresso da União Internacional de

		internacionais							Advogados
		OAM respondendo aos anseios dos seus membros e dos/as cidadãos/ãs	Reclamações canalizadas à OAM	Neste momento todas as reclamações são dirigidas por escrito ao Bastonário	Contínuo	<b>Criação de uma Linha Verde</b>	Caixa/Linha de Reclamação	Cabimento orçamental	Para Advogados e o Público no Geral(LINHA VERDE)
		Membros devidamente representados pela OAM	Reclamações canalizadas à Magistratura	Reclamações feitas de forma individual		<b>Criação de um canal de denúncias e infrações disciplinares</b>	Canal criado	Demora na constituição da equipe	A OAM sendo Advogado dos Advogados
		Pareces da OAM devidamente organizados e de fácil acesso	Deliberações compilados num único livro	Deliberações publicadas em separado		<b>Publicação de deliberações do CN &amp; CJ no BR</b>	Livro contendo as deliberações	Cabimento orçamental	
<b>Componente 3: Apoiar e Capacitar Profissionalmente o/a Advogado/a</b>									
Cidadãos/ãs recebem atendimento/assistência de qualidade	Advogados/Advogados Estagiários profissionalmente capacitados	Advogados/as /Advogados/as Estagiários/as capacitados/as em matérias de litigância em DH's	Capacitações realizadas e nr de participantes	Nenhuma formação na matéria levada a cabo	Formações similares realizadas em Maputo, Beira e Nampula	<b>Capacitação dos Membros (Oil &amp; Gas, Ilicitos Eleitorais, Observação Eleitoral, Gestão de Escritórios, Ligância em DH's),</b>	Lista de presenças, relatórios, fotografias		
						<b>Palestra em Ética &amp; Deontologia Profissional (Procuradoria Ilícita)</b>			
				Anualmente a OAM organiza alguns cursos para os seus membros		<b>Exame Nacional de Acesso (2)</b>	Pauta		
	Aumentado o nr. de Advogados/as inscritos/as na Ordem	Membros inscritos recebem uma formação de qualidade	2 grupos de estágio iniciados	Anualmente são realizados 2 novos grupos de estágio	Pelo menos 2500 Advogados inscritos	<b>Início do Estágio (2)</b>	Lista dos inscritos, grupos e fases de estagiários	Fraca afluência dos candidatos	Formação para os 2 grupos